

**Resenha do livro:**

GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórico-Crítica**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

**Resenha por Marta Biesdorf1**

“Aprender criticamente o conhecimento científico”: meta real ou utópica? Almejando subsidiar esta construção, João Luiz Gasparin questiona a instrução pedagógica que vem norteando a prática educacional brasileira. O autor lança uma proposta de trabalho inovadora ao educador, subsidiando-o didaticamente com um “novo jeito de ensinar”. É um estudo de fôlego que busca interligar a prática social do aluno com a teoria no intuito de melhorar a qualidade da formação do educando.

Já nas primeiras páginas de sua obra, o autor define as questões que encaminham a construção do trabalho: qual a finalidade social dos conteúdos escolares? A escola tem acompanhado as transformações promovidas pela sociedade? Ela responde às necessidades sociais da atualidade? O que hoje a escola faz e para quê?

A nova metodologia de ensino-aprendizagem, norteada pela pedagogia histórico-crítica, procede da teoria dialética do conhecimento. Sua construção dá-se no movimento dinâmico entre o conhecimento empírico (visão caótica do todo) e o conhecimento científico (proporcionado pelo ambiente escolar). Este fazer pedagógico não envolve apenas a esfera escolar. Sua intencionalidade ultrapassa eminentemente a técnica, abrangendo um cunho sociopolítico revolucionário para toda a sociedade.

O autor define esta teoria dialética do conhecimento em três palavras-chaves: prática – teoria – prática, ou seja, a partir da prática social, questionar e analisar a ação cotidiana, buscando conhecimento teórico do que aconteceu, o que tornar-se-á um guia para a nova ação/transformação.

A grosso modo, o autor propõe uma ruptura da memorização que vem norteando a esfera escolar oficial desde sua institucionalização no Brasil. A obra é dividida em três partes, que traduzem a *práxis* dialética proposta pelo materialismo histórico: desenvolvimento da idéia pela sucessão de momentos de afirmação (tese), de negação (antítese) e de negação da negação (síntese).

Transferindo este segmento para a prática didática, a obra é dividida em cinco capítulos: Prática Social Inicial (o que os alunos e os professores já sabem); Problematização (reflexão dos principais problemas da prática social); Instrumentalização (ações didático-pedagógicas); Catarse (nova forma de entender a prática social) e por fim, a Prática Social Final (nova proposta de ação a partir do novo conteúdo sistematizado).

Gasparin fundamenta sua proposta na teoria Histórico-Cultural de Vigotski. Ressalta a importância de contextualizar primeiramente os saberes do educando, pois sua aprendizagem inicia-se bem antes do contato escolar. O objetivo é despertar a consciência crítica do aluno sobre o que ocorre ao seu redor.

Este momento de conscientização é mediado pelo professor que, “a partir da explicitação da Prática Social Inicial, toma conhecimento do ponto de onde deve iniciar sua ação” (p.20). A partir da leitura do cotidiano, tomada como um objeto de estudo, é o momento de problematizar o que os alunos vivenciam.

O objetivo deste procedimento é despertar a consciência crítica do educando sobre o “seu” contexto social, instigando-o a questionar a realidade ao qual se insere. Assim, transformada em uma proposta didática, a problematização servirá como conteúdo a ser analisado e estudado.

Entretanto, nem todos os problemas da prática social podem ser analisados em cada área do conhecimento. Por isso, a problematização deve detectar *quais questões* precisam ser trabalhadas e que são essenciais à prática social. Teoricamente, esta “seleção” de conteúdo corresponde ao currículo escolar.

Gasparin destaca que “de acordo com esta proposta teórico-metodológica, as grandes questões sociais precedem a seleção de conteúdos escolares” (p.37). O desastroso é que as escolas, ou a grande maioria delas, trabalham apenas com conteúdos pré-estabelecidos pelo currículo oficial, sistematizados ideologicamente por um corpo docente superior, Conselhos Nacionais ou Estaduais de Educação. Frente a isso, questiona-se: “na prática da escola, o que vem primeiro, o conteúdo, ou as grandes questões sociais?” (p.38).

Infelizmente, a grande maioria dos nossos docentes limita seu ano letivo orientados pelas ementas das disciplinas pré-determinadas pela autoridade superior independentemente do conjunto social. Para piorar, ainda enfatizam que o conteúdo comunicado ao educando é científico e que, portanto, deve ser aprendido como tal. Esquecem que esta ‘ciência’ é fruto do conhecimento historicamente acumulado, nascido das necessidades sociais, econômicas, políticas e culturais.

A limitação conceitual-científica do conteúdo apenas distancia o aluno da percepção da dimensão social que o conteúdo incorpora. Desta forma, enquanto resultado da ruptura prática-teoria-prática, o conhecimento assimilado não reflete as necessidades sociais práticas do grupo humano.

Esta nova diretriz pedagógica, que prioriza a conexão *prática + conteúdo*, “não consiste mais apenas em estudar para reproduzir algo, mas sim em encaminhar soluções [...] para os desafios que são colocados pela realidade” (p.46), cumprindo o fim proposto: apropriação do conhecimento.

Mas, a problematização é a fase preparatória do processo. Neste nível, as indagações levantadas exercem apenas a função de instigar o aprendiz. Cabe a instrumentalização respondê-las. É o início do terceiro passo na construção do conhecimento científico. Segundo Gasparin, “a aprendizagem somente é significativa a partir do momento em que os educandos [...] apropriam-se do objeto do conhecimento em suas múltiplas determinações” (p.52). Esta construção se dá numa relação triádica, ocorrida entre alunos, professores e conteúdo.

Sua ação conjunta proporciona um momento de ruptura entre o conhecimento cotidiano e o científico. Este confronto é apresentado pelo professor, que define características intrínsecas de cada conteúdo, não perceptíveis aparentemente para o educando. Esta tarefa é desenvolvida por meio da Instrumentalização, momento que consiste na solução das questões emergidas na fase da Problematização.

A Instrumentalização é a fase de estruturação do conhecimento científico. Mas, para compreender a formação desses conceitos científicos, na fase escolar, Gasparin, baseado nas teorias de Vigotski, analisa como se dá esse processo de construção na mente das crianças.

O desenvolvimento dos conceitos científicos ocorre pelo mesmo caminho que propicia o desenvolvimento dos conceitos cotidianos. Desta forma, enquanto criança, a elaboração sistemática advém do auxílio e com a participação do adulto. Nesse sentido, Gasparin questiona como a mente da criança reagirá ao confrontar-se no ambiente escolar com conceitos mais aprimorados. A isso, Vigotski responde: “no próprio desenvolvimento mental da criança”. Assim como dar-se-á seu desenvolvimento corporal num processo evolutivo, o psíquico (se estimulado) concomitantemente atingirá um nível superior, “culminando o processo na formação de verdadeiros conceitos” (p.60).

O autor enfatiza acerca da dicotomia que norteia esses dois processos de construção conceitual. O nível de desenvolvimento dos dois campos do conhecimento jamais dar-se-ão ao mesmo tempo, dado que a ampliação de um, implica na estagnação do outro. É um procedimento bem complexo, em que “tomar consciência de alguma operação significa transferi-la do plano da ação para o plano da linguagem” (p.68), ou seja, do real para o abstrato, atingindo um nível superior de formação de conceitos.

Mas, a criança até a fixa etária de 12 anos, demonstra ainda incapacidade para tomar consciência do próprio pensamento, que ainda se apóia em processos psíquicos imaturos. Eis a questão: como se mede o nível de desenvolvimento da criança?

De acordo com Vigotski, Gasparin expõe que este grau define-se com o auxílio dos problemas que a criança possui. Isso é possível quando se analisa de que forma passa a resolver suas dificuldades, se com autonomia (zona de desenvolvimento atual) ou com uma atividade orientada (zona de desenvolvimento imediato), em colaboração com alguém mais experiente.

É na *imitação* (experiências sociais já pensadas), que o educando realmente aprende, pois é neste momento de colaboração que as potencialidades intelectuais se desenvolvem. Por isso, o que a criança é capaz de fazer em determinado momento com a colaboração do do adulto, conseguirá fazer amanhã sozinha.

Desta forma, considera-se a *imitação* como o primeiro passo no processo do ensino-aprendizagem. É onde o educando amplia seu vocabulário, não somente gramatical, mas e inclusive, conceitual. Na ação conjunta, a criança é estimulada a elaborar operações conceituais mais complexas. Esta prática é o momento de introdução ao pensamento científico, é quando operações abstratas são aplicadas ao objeto.

O autor destaca que não há ruptura entre conceitos cotidianos e conceitos científicos. Os dois processos encontram-se inter-relacionados. Seria o mesmo que tomar consciência (conceitos científicos) pela experiência (conceitos cotidianos): um subsidia o outro. Nesta fase a criança encontra-se na zona de desenvolvimento imediato, em que a incorporação mental de conceitos elaborados a elevará para um nível superior, definindo cada vez mais sua autonomia no processo da aprendizagem.

“Uma vez incorporado os conteúdos [...], chega o momento em que o aluno é solicitado a mostrar o quanto se aproximou da solução dos problemas anteriormente levantados sobre o tema em questão” (p.127). É o momento de o educando sistematizar o que assimilou, mostrando que atingiu um nível intelectual mais elevado de compreensão. Esta elaboração, transmitida oralmente ou por escrito, é definida por Gasparin como *Catarse*, apresentada na quarta parte de sua obra.

Este é o momento em que o educando consegue visualizar a totalidade integradora daquilo que antes lhe era compartimentado. Nesta fase percebe que a realidade, vista “como ‘natural’, não é exatamente desta forma, mas é “histórica” porque produzida pelos homens em determinado tempo e lugar, com intenções políticas explícitas ou implícitas, atendendo a necessidades socioeconômicas desses homens” (p. 129). Isso não significa que a aprendizagem ocorra somente durante a *Catarse*. “Ela se dá no processo inteiro, nos cinco passos, mas a *Catarse* é a expressão mais evidente de que o aluno se modifica intelectualmente” (p.134).

Mediante a nova posição do aluno com relação ao conteúdo, inicia-se o momento de transpor o estudo incorporado da teoria para a prática. O processo de *compreensão* agora requer uma *aplicação*. Uma forma de evidenciar o que o aluno realmente incorporou, agora explicitado em atos.

A nova forma de pensar a realidade constitui a Prática Social Final. De passo em passo, foi-se construindo a autonomia do ser, que ao superar os desafios, ocupa-se de um

novo nível de desenvolvimento: o de uso social dos conteúdos científicos aprendidos na escola.

A manifestação da prática social sempre estará submetida ao aperfeiçoamento intelectual de seus agentes construtores, que de forma contínua se desafiam dialeticamente a transformar a contradição existente entre o velho (Prática Social Inicial) e o novo (Prática Social Final).

Esta fase é conceituada por Gasparin como o ponto de chegada do processo pedagógico. Contudo, infelizmente, o indivíduo tornou-se meramente cidadão do mundo e a escola ainda não superou a fragmentação organizacional e continua a repassar, alienadamente, o conhecimento fragmentado. É por isso que a socialização e a produção de novos conhecimentos ainda são utópicas, mas Gasparin mostra que são viáveis. Defende que uma proposta pedagógica, baseada no método dialético, “Prática-Teoria-Prática”, pode ser um caminho inverso ao que está colocado como hegemônico, tanto na escola, como nas relações sociais mais amplas.

---

<sup>1</sup> Graduanda em História da Universidade do Contestado (UnC), Concórdia-SC.